



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social
Sub-eixo: Política de Educação

EDUCAÇÃO CRÍTICA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

NATÁLIA APARECIDA DE REZENDE ¹
LÍVIA NEVES MASSON ²
ANGELITA MARCIA CARREIRA GANDOLFI LANCA ²

RESUMO

Esta pesquisa visa compreender a perspectiva da educação crítica na formação cidadã de crianças e adolescentes, e sua relação com o serviço social e prática dos assistentes sociais no enfrentamento das expressões da questão social e iniquidades do poder. Trata-se de um projeto de iniciação científica, de abordagem qualitativa que utilizou a pesquisa bibliográfica como metodologia. Conclui-se que aos valores que compõem a educação crítica estão alinhados com o projeto profissional do assistente social, campo profícuo para a prática profissional que visa a emancipação humana, garantia de direitos, formação crítica e cidadã de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Educação Crítica; Serviço Social; Crianças e Adolescentes.

1 Estudante de Graduação. Universidade De Ribeirão Preto

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade De Ribeirão Preto

SUMMARY

This research aims to understand the perspective of critical education in the citizenship formation of children and adolescents, and its relationship with social service and the practice of social workers in facing the expressions of the social issue and inequities of power. It is a scientific initiation project, with a qualitative approach that used bibliographic research as a methodology. It is concluded that the values that make up critical education are aligned with the professional project of the social worker, a fruitful field for professional practice aimed at human emancipation, guarantee of rights, critical and citizen training of children and adolescents.

Keywords: Critical Education; Social service; Children and Adolescents.

1. INTRODUÇÃO

A atualidade nos traz uma série de reflexões e expectativas às quais nos levam a avaliar o presente e os projetos futuros, para permitir uma mudança de paradigma em um momento sócio histórico e cultural de significativas mudanças, sobretudo no campo social e político.

Momento este, em que as políticas públicas de atenção a população e as ações profissionais em diferentes áreas, especialmente educação e assistência social, podem e devem ser ressignificadas em direção à garantia de direitos, emancipação e formação cidadã.

A realização de uma profunda análise histórica sobre a sociedade é fundamental para compreender e desvelar as facetas da consolidação da cidadania e das iniquidades sociais.

Segundo Feio (2015), as iniquidades do poder possuem forças que reprimem os cidadãos, tornando-os impotentes e enfraquecidos frente às decisões políticas, sociais e comunitárias nas quais estão envolvidos. Estas iniquidades atingem populações mais

vulneráveis, influenciadas por situações adversas multidimensionais, expondo-as mais frequentemente a situações de vulnerabilidade, como ocorre com crianças.

O enfrentamento destas iniquidades exige novos conhecimentos e uma ação proativa, que gere uma consciência coletiva e um compromisso frente aos problemas de desigualdade, exclusão, discriminação e vulnerabilidade aos quais crianças e adolescentes estão expostos (Carmo e Guizardi, 2018).

Consideramos ser determinante para este estudo partirmos da compreensão da construção dos direitos humanos no processo histórico, abarcando a infância neste processo. Conforme afirma Fuziwaka (2013), não há uma história da infância, mas existem complexas expressões das ações humanas em relação à criança e ao adolescente no processo histórico.

A conquista por direitos está diretamente associada ao desenvolvimento da história da sociedade. Analisando sua trajetória, percebe-se que a ideia de que crianças são sujeitos de direitos não está presente nos séculos passados, mas emerge após as atrocidades da Segunda Guerra Mundial (AREND, 2015).

Com a emergência dos Estados modernos, a partir do século XVIII, a noção de cidadania passa a ser incorporada paulatinamente a todos os segmentos etários, inclusive aos infantes. Nesse período, a infância torna-se objeto do Estado e da ciência, gerando um quadro de múltiplas transformações sociais e políticas.

Conforme Melim (2012), neste período, crianças e adolescentes eram tratados como menores, as ações do Estado estavam voltadas para o controle e disciplina, e os direitos eram restritos, não considerando os civis e políticos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), foi o primeiro documento brasileiro a adaptar suas leis às Normas da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, definindo uma nova concepção de infância e adolescência, sendo considerados legalmente sujeitos em desenvolvimento e detentores de direitos fundamentais como direito à liberdade, à dignidade, à integridade física, psíquica e moral, à educação, a saúde, à proteção no trabalho, à assistência social, à cultura, ao lazer, ao desporto, à habitação, a um meio ambiente de qualidade e outros direitos individuais e coletivos. Na carta Magna a educação passa a ser reconhecida como direito básico e inalienável a todo cidadão brasileiro, sendo oferecido de forma gratuita e igualitária em toda a sociedade.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A perspectiva da educação crítica e seus impactos

Segundo Lessa (2015), o homem se educa, pois está em constante aprendizado, e altera a todo momento suas formas de intervir na sociedade e sobre ela. Sendo assim, o homem é o único ser capaz de produzir algo para a sua satisfação através de ações intencionadas, direcionadas a um fim. Desse mesmo modo é o único capaz de criar cultura e essa cultura é compartilhada e transmitida para outras e futuras gerações humanas.

O homem faz história, portanto, ao produzir cultura: E ele a produz como sujeito, ou seja, como detentor de vontade, como autor. A necessidade da educação se dá precisamente porque, embora autor da história pela produção de cultura, o homem ao nascer encontra-se inteiramente desprovido de qualquer traço cultural. Nascido de natureza pura, para fazer-se a altura de sua história ele precisa apropriar-se da cultura historicamente produzida. A educação como apropriação da cultura, apresenta-se, pois, como atualização histórico-cultural (PARO, 2018, p.25).

Pensando nesse sentido de adaptação logo após seu nascimento, Tonet (2005) insere o papel da educação na vida humana. Para ele, enquanto o trabalho constitui-se como a mediação entre o homem e a natureza, a educação entre os homens torna-se necessária para seu desenvolvimento.

A necessidade da educação, vale dizer, de um processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, comportamentos, valores, etc. que permitam ao indivíduo tornar-se apto a participar conscientemente (mesmo que essa consciência seja limitada) da vida social (TONET, 2003, p.139).

A perspectiva de educação crítica escolhida para esta pesquisa baseia-se na educação emancipatória e libertadora, capaz de levar o sujeito a reflexão sobre seu papel na sociedade e seu lugar junto a outros homens. Uma educação que capacite os sujeitos a agir ética e politicamente, enfrentando as mazelas sociais e combatendo as iniquidades do poder.

Torna-se fundamental neste contexto olhar para a infância e a adolescência a partir do viés crítico e emancipatório, entendendo-a como uma fase de vida em desenvolvimento e capaz de apreensão de conhecimentos que podem colocar o sujeito em lugar privilegiado em seu papel político e de cidadão.

A educação crítica é uma filosofia educacional que busca romper paradigmas e proporcionar uma educação que perceba cada aluno em sua individualidade e totalidade, colocando-o como um sujeito e cidadão social. Nasce a partir dos movimentos sociais e busca por uma educação libertadora, que forme cidadãos capacitados a análise de sua realidade e mudanças em seu contexto de vida (CARNEIRO, 2020).

Segundo Machado (2012), a educação advém da luta coletiva pela emancipação humana, é uma prática eminentemente política, busca colaborar com os movimentos sociais e visam contribuir com a emancipação dos sujeitos.

Os retrocessos do período ditatorial, também instigaram, a partir da década de 80, uma grande avalanche de ideias críticas que começam a considerar a educação como uma política explorada e voltada ao desenvolvimento capitalista. Desta forma movimentos sociais, militantes e grupos políticos começam a ser fortalecer contra esta ideologia que se impunha na sociedade, e pressionar os militares a sair do governo, rumando para um novo período que visava a redemocratização do Estado, e uso da força social e da cidadania popular para definir a nova política brasileira.

O final da década de 80 foi marcado pelo período conhecido como redemocratização do país. Novas reformulações de Leis e bases legais começaram a ser publicada a partir da Constituição Federal de 1988.

Partindo desse breve resgate histórico, acreditamos no caráter político, crítico e reflexivo que a educação oferece ao capacitar cidadãos que possam contribuir e apontar caminhos para o desenvolvimento de uma nova sociedade, que seja mais justa, participativa, democrática, equitativa, por meio da tomada de consciência.

Na contemporaneidade a chegada do neoliberalismo e a atuação do Estado reduzida

perante novos princípios e valores, coloca a política de educação, juntamente com outras dimensões do cotidiano das relações sociais, sob reformas e cortes orçamentários. Predomina o perfil conservador, tradicional e rígido predominante no sistema de ensino brasileiro.

Esse modelo tradicional atribui aspectos negativos tanto ao educando como aos educadores, que perdem o valor dialético dos processos educativos e cria passividade entre os potenciais sujeitos envolvidos, tornando a educação um mecanismo manipulatório pelo sistema capitalista vigente.

Confrontamos esse modelo tradicional e conservador, propondo e demonstrando que a educação defendida nessa pesquisa possui finalidade libertadora, participativa, crítica e propositiva por meio da tomada de consciência dos sujeitos, agora emancipados e protagonistas de sua vida, capazes de alterar sua realidade de vida, superar as iniquidades do poder e reivindicar claramente seus direitos.

Segundo Freire (2019), a educação deve ser feita com e pelo próprio educando, incluindo as classes populares, tornando-se assim, uma prática libertadora e emancipatória.

A educação popular deve ser uma prática que incentiva a participação e promoção da busca pela cidadania, nas suas dimensões reflexivas e críticas, trazendo a possibilidade de libertar o oprimido através de movimentos de cultura popular, ou seja, ela reconhece os saberes das classes oprimidas, possibilitando a construção de conhecimento através do compartilhamento democrático.

Refere-se a um espaço em que o homem ultrapassa sua situação de homem-objeto para se tornar um homem sujeito-histórico transformador.

Através de fundamentos dessa prática, como a autonomia e a dialogicidade, que faz com que o educando seja capaz de problematizar a realidade, se tornando consciente de sua existência e seus direitos como cidadão, despertando o pensamento crítico. Para Freire (2018):

Não há conscientização se, de sua prática, não resulta a ação consciente dos oprimidos, como classe explorada, na luta por sua libertação. Por outro lado, ninguém conscientiza ninguém. O educador e o povo se conscientizam através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente no processo de luta (FREIRE, 2018, p. 109).

Neste contexto, educação torna-se uma prática que se empenha em transformar o pensar da população oprimida, a fim de levar conhecimento para que a realidade desses indivíduos seja transformada através do despertar da consciência crítica.

A crianças e os adolescentes precisam ser compreendidos como sujeitos dignos de direitos e cidadania, assim como os adultos. Para Kuhlmann (2010, p. 30), este período de vida pode ser capaz de proporcionar um:

conjunto de experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos, sociais, muito mais do que uma representação dos adultos sobre esta fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, etc. reconhecê-las como produtoras de história (Kuhlmann, 2010, p. 72).

Historicamente, a infância foi redefinindo-se até reconhecer a criança e o adolescente em sua condição de sujeito de direitos. Um dos grandes propulsores para que isso ocorresse foi a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) que dentre tantos outros objetivos, insere a família e o Estado como corresponsáveis na garantia dos direitos.

Assim, enxergá-los como sujeitos que fazem parte do processo histórico, implica considerar suas necessidades e vontades, e garantir-lhes plenas condições de desenvolvimento e formação cidadã, a partir da proteção e promoção de direitos.

Considera-se que a educação seja uma prática efetiva para o desenvolvimento cidadão, a fim de formar indivíduos críticos e conscientes de seus direitos enquanto sujeitos sociais, desde a infância até a vida adulta.

Mesmo sendo considerada um direito social conquistado através de muitas lutas, é preciso reconhecer que a educação ainda atende aos interesses da classe dominante dos desejos do capital.

Para superar esta realidade em que a educação é vista como um mero instrumento utilizado pelo capital para consolidação do sistema e interesses do mercado, é necessário considerá-la como promotora de direitos e emancipação, que visa o aprendizado e o questionamento no que diz respeito as desigualdades existentes na atual sociedade ao qual estamos inseridos.

Para ser emancipadora, a educação precisa ter criticidade, a fim de que os

educandos façam questionamentos no que diz respeito as inúmeras desigualdades sociais existentes.

2.2 A relação entre educação crítica e serviço social

O vínculo entre o serviço social e educação existe desde os princípios da profissão, uma vez que foi parte das requisições impostas pela classe dominante no que diz respeito a formação da classe trabalhadora, e buscou atender aos interesses de reprodução do capitalismo (NETTO, 2018).

Segundo Machado (2012), a perspectiva crítica da educação influenciou o movimento de reconceituação do serviço social demarcando um novo paradigma interventivo na profissão, capaz de romper com as amarras do sistema capitalista.

Tais influencias despertaram a capacidade da leitura crítica do real, o rompimento com a perspectiva conservadora, e fortaleceram a análise crítica das forças de poder sobre a classe oprimida, que conforme Faleiros (2005) definiram a questão social e suas expressões como objeto de atuação dos assistentes sociais.

Os princípios fundamentais da ética profissional, visam defesa intransigente dos direitos, a ampliação e consolidação da cidadania, a emancipação humana, a plena expansão dos indivíduos e a justiça social, valores que dialogam com a perspectiva da educação popular.

O assistente social lida cotidianamente com diversas expressões da questão social, o desenvolvimento da consciência crítica acerca da realidade concreta é fundamental para a mobilização das classes subalternas, enfrentamento das desigualdades e opressões, visando a transformação social.

Diante desse e de muitos outros exemplos advindos de situações reais, entendemos que a educação popular é fundamental para a formação de assistentes sociais, por meio dela é possível uma prática mais dialógica, democrática, que impulsiona processos de conscientização, organização, participação e mobilização, levando-se em conta o saber popular, a autonomia e a diversidade cultural (MACHADO, 2012, p. 161).

Esta prática visa a formação crítica e cidadã dos sujeitos sociais, sendo a educação espaço privilegiado para sua efetivação. Portanto a educação torna-se um campo propício de intervenção do assistente social, que pode desenvolver sua prática profissional através da educação popular de forma dialógica, impulsionando uma consciência e cultura democrática nos educandos e educadores.

A política de educação é resultado de diversos enfrentamentos entre a sociedade capitalista, classes sociais e Estado, ao mesmo tempo em que é composta por intervenções que busca assegurar caminhos para a reprodução do capital e giro da economia, também é resultado dos interesses das classes populares.

O assistente social não fica restrito ao campo de educação formal composto por escolas, também é atuante na educação popular, seja no desenvolvimento do trabalho com jovens, adultos, idosos, em movimentos sociais, trabalhos em grupo com famílias, poder judiciário, entre outros (ABRAMIDES E DURIGUETTO, 2014).

A educação é composta de diferentes dimensões da vida social, não se resume ao aprender e repassar o aprendido, pois é a educação que difere o homem de outros seres existentes na natureza, dessa forma o homem se torna capaz de desenvolver a si mesmo e ao desenvolvimento da natureza.

A inserção de profissionais do serviço social no âmbito educacional tem intuito de garantir acesso a direitos sociais, os assistentes sociais trabalham em conjunto com pedagogos, psicólogos e demais profissionais que compõem as redes públicas de educação básica, formando equipes multiprofissionais visando a melhoria no processo de ensino-aprendizagem em toda sua complexidade.

Além disso sua inserção na política de educação visa intervir nas expressões da questão social pois seu objeto de estudo é a própria questão social e suas expressões, que pelas iniquidades do poder reprimem e excluem os sujeitos.

É nesse contexto que o assistente social precisa estar inserido no âmbito da educação, pois a sua práxis permite olhar toda a conjuntura ao qual os sujeitos estão inseridos a capacidade de realizar sua intervenção profissional, visando contribuir com o processo de conscientização e mobilização dos sujeitos sociais.

Importante destacar que a prática do assistente social visa a efetivação de direitos sociais, tanto na atuação direta dentro dos espaços escolares, quanto na formulação e

implementação da política educacional, viabilizando assim a concretização da universalização do acesso ao ensino e superação das desigualdades sociais (PIANA, 2009).

Torna-se fundamental que o assistente social em conjunto com os demais profissionais da escola trabalhe na questão do fortalecimento dos vínculos tanto familiar quanto comunitário. Através da escuta qualificada com os responsáveis e o aluno, o profissional pode identificar as vulnerabilidades enfrentadas pela família e presentes na comunidade, e com isso poderá ser capaz de elaborar estratégias eficazes de intervenção.

3. CONCLUSÃO

Não é possível garantir direitos e assegurar acesso à educação sem levar em consideração o viés político e ideológico posto em nosso modelo de produção, o sistema capitalista, que gera, acentua e explora as expressões da questão social. Portanto, a educação é e continuará sendo -enquanto estivermos em um modelo capitalista- uma política pública enraizada em um sistema contraditório, que se volta para a formação elitista, tecnicista e de reprodução das classes sociais, acentuando a ideia da classe dominada sobre a classe dominante.

Sem esta reflexão não é possível atuar de forma emancipatória, buscando o fortalecimento da cidadania e a transformação social. Atualmente não é mais possível pensar em educação e não levantar questionamentos sobre ética, cidadania, participação, e tantos outros conceitos relevantes a uma sociedade democrática.

A perspectiva da educação crítica torna-se um caminho viável para o enfrentamento das perversidades sociais, já que parte da concepção de educação que busca construir-se na relação direta com propostas de intervenção política e cultural na sociedade, lideradas pelas classes populares.

Ela busca a análise apurada da realidade, busca o desvelamento do que seja o mais verdadeiro na compreensão dos processos histórico-sociais que produzem a realidade (ZITKOSKI E HAMMES, 2014).

A atuação do assistente social na educação tem se mostrado de grande relevância, uma vez que o profissional tem expertise para compreender as expressões da questão social que estão presentes na sociedade, sendo capacitados para compreender as diferentes realidades sociais que se apresentam e realizar uma análise conjuntural e um diagnóstico que possibilitam sua intervenção profissional.

A educação é um importante espaço de construção e reconstrução da realidade social, onde ocorrem trocas em todos os níveis, e quando implementada de forma crítica viabiliza a consolidação de valores como a cidadania e a emancipação.

A educação horizontalizada definida por Paulo Freire contribui com conceitos que efetivam dessa perspectiva, para ele não é possível educar sem conhecer o educando, suas origens, sua realidade. Esse mapeamento faz com que o ensino seja mais eficaz e que os sujeitos possam se tornar mais conscientes e com maiores perspectivas, desse modo modificando sua realidade, surgindo a transformação social.

O serviço social balizado por esses conceitos sobre a educação e a partir de seus princípios éticos políticos estabelecidos no Código de Ética, tem em suas mãos um locus privilegiado de trabalho. As normativas, produções científicas e projetos profissionais também auxiliam o assistente social na atuação interventiva e de qualidade, tanto na construção dos currículos, das intervenções escolares com alunos e orientações com as famílias, quando na possibilidade fortalecer a formação cidadã e crítica de crianças e adolescentes.

O assistente social é parte constituinte deste processo, uma vez que lida diretamente com as expressões da questão social que emergem na sociedade e conseqüentemente na escola, contribuindo para que os alunos tenham uma educação de qualidade, de permanência e acesso aos seus direitos, para só assim, transformar sua realidade e transpor aos moldes contraditórios impostos socialmente e iniquidades do poder.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, M.B; DURIGUETTO, M.L (Orgs.). Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

AREND, S.M.F. Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infanto-juvenil. Revista Tempo e Argumento, v. 7, n. 14, 2015.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

CARMO, M.E; GUIZARDI, F.L. Vulnerabilidade em políticas públicas de saúde e assistência social. Cad. Saúde Pública, v. 34, n. 3, p. 2-14, 2018.

CARNEIRO, G. Educação popular: uma formação libertadora. São Paulo: InterSaberes, 2020.

FALEIROS, V.P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? Rev Serviço Social & Sociedade, n. 84, p. 21-36, 2005.

FEIO, A. Confluências e divergências conceituais em educação em saúde. Rev Saúde e Sociedade, v. 24, n. 2, p. 703-715, 2015.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

_____. Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2018.

FUZIWARA, A.S. Lutas Sociais e Direitos Humanos da criança e do adolescente: uma necessária articulação. Rev Serviço Social e Sociedade, v. 2, n. 115, p. 527-543, 2013.

KUHLMANN, M. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LESSA, S. Para compreender a ontologia de Lukács. São Paulo: Coletivo Veredas, 2015.

MACHADO, A.M.B. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. Rev Serv. Soc. Soc, v. 109, n. 5, 2012.

MELIM, J.I. Trajetória da proteção social brasileira à infância e à adolescência nos marcos das relações sociais capitalistas. Serv. Soc.& Saúde, v. 11, n. 2 (14), p. 167-184, 2012.

NETTO, J.P. Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São

Paulo: Cortez, 2018.

PARO, V.H. Educação como exercício do Poder: Crítica ao senso comum e educação. São Paulo: Cortez, 2018.

TONET, I. Educação, cidadania e emancipação humana. Ijuí: Unijuí, 2005.

ZITKOSKI, J.J; HAMMES, L.J. Juventude, educação e cidadania: os desafios da participação social e política. Revista Debates, v. 8, n. 2, p. 119-139, 2014.

,